

## **A RETOMADA DAS METAS DA EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI NO CONTEXTO DA PANDEMIA COVID-19: DESAFIOS E ORIENTAÇÕES INTERNACIONAIS PARA O BRASIL<sup>1</sup>**

**Dra. Josefa Jackline Rabelo**  0000-0002-4933-631X

Universidade Federal do Ceará

**Dra. Helena de Araújo Freres**  0000-0001-7169-1185

**Me. Ana Thyara Leal Lemos**  0000-0002-4142-098X

Universidade Estadual do Ceará

**RESUMO:** O presente estudo busca analisar os desafios e as orientações internacionais, para a educação no Brasil no contexto de pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2), tendo como foco de exame as recomendações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) no relatório “A educação no Brasil: uma perspectiva internacional”. Nesse ensaio teórico-bibliográfico e documental, recorre-se ao materialismo histórico-dialético como fundamento metodológico investigativo. Considerando o alinhamento às políticas mundiais para a educação, estabelecidas desde o Movimento de Educação Para Todos, os desdobramentos do cenário em questão refletiram decisivamente nas metas e projeções a serem alcançadas pela educação para o século XXI. Dentre os direcionamentos apontados pela OCDE em seu relatório, destacam-se 10 (dez) passos para a busca de um sistema de ensino mais sólido na pandemia, em que se engendra mecanismos para um sistema de gastos eficiente e de resultados significativos, ao passo que se estabelece uma (de)formação para a classe trabalhadora pautada na adaptação, flexibilização e resignação emocional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Pós-Pandemia; Orientações internacionais; Educação para o século XXI.

## **RETURNING EDUCATION GOALS FOR THE 21ST CENTURY IN THE CONTEXT OF THE COVID-19 PANDEMIC: CHALLENGES AND INTERNATIONAL GUIDELINES FOR BRAZIL**

**ABSTRACT:** This paper aims to analyze the challenges and international guidelines for Brazil education in the context of the new coronavirus pandemic (SARS-Cov-2), focusing the recommendations of the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) in the report “Education in Brazil: an international perspective” In this theoretical-bibliographic and documentary essay historical-dialectical materialism is used as an investigative methodological foundation. Considering the alignment with world policies for education established since the Education for All Movement, the unfolding of the scenario in question decisively reflected on the goals and projections to be achieved by education for 21st century. Among the directions pointed out by the OECD in its report, 10 (ten) steps stand out to search a more solid education system in the pandemic in which mechanisms are engendered for an efficient spending system and significant results while a (anti)training is established for the working class based on adaptation, emotional flexibility and resignation.

**KEYWORDS:** Education in the pandemic; International guidelines; Education for the 21st century.



## 1 INTRODUÇÃO

Com a emergência da pandemia causada pela disseminação de um novo tipo de coronavírus (SARS-Cov-2), o mundo adentrou em um dos cenários mais desafiadores enfrentados durante os últimos anos. O vírus, ao infectar os indivíduos, ocasiona uma doença denominada de COVID-19, uma infecção respiratória aguda grave, com alta capacidade de transmissibilidade ao nível global. Com a descoberta da doença no fim do ano de 2019, na China, o mundo entrou em alerta com a rápida disseminação do vírus e com o aumento substancial dos casos em sua forma mais grave, colapsando velozmente os sistemas de saúde.

Conseqüentemente, as medidas tomadas para tentar evitar a transmissão do vírus foram: o fechamento das atividades econômicas classificadas como não essenciais, a determinação de ações de isolamento e distanciamento social e a adoção de atitudes de higiene como utilização de máscaras e álcool em gel, entre outras. Ainda assim, os números de monitoramento demonstram as repercussões com o alastrar da doença, que contaminou mais de 450 milhões de pessoas, dessas, 6 milhões perderam a vida, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Os impactos causados por essa realidade em todos os setores sociais são imensuráveis, pois a pandemia e seu prolongamento agravaram os males e problemas sociais, produzindo uma conjuntura ainda mais crítica no bojo do sistema metabólico, em que se aprofundam as desigualdades e dificulta-se o acesso a condições básicas de sobrevivência à maior parte da população. Todavia, contraditoriamente, o mesmo cenário que produz o aumento da miséria, da fome e a morte dos indivíduos possibilitou que o reduzido número dos 10 homens mais ricos do mundo conseguisse aumentar consideravelmente suas fortunas, conforme o relatório da OXFAM Brasil (OXFAM, 2022).



Enquanto as contradições capitalistas perduram e mostram a face da barbárie nesse sistema vigente, a educação se configura como instrumento imprescindível, tendo em vista a necessidade de fomentar uma formação voltada a velar esses descompassos sociais, ao passo que também possibilite a reprodução dessa estrutura econômica. Ideologicamente, esse discurso se expressa pela dita educação para o século XXI, que sumariamente, trata de uma formação para o desenvolvimento de habilidades e competências, utilitaristas, que preparem o indivíduo para ocupar os postos de trabalho, dentro das condições impostas pelo mercado e que o mesmo esteja apto a adaptar-se a essas mudanças e às diversas conjunturas sistêmicas.

O objetivo desse ensaio é analisar os desafios e as orientações internacionais para a educação no Brasil no contexto de pandemia do novo coronavírus (SARS-Cov-2), tendo como foco de exame as recomendações da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) propostas no relatório “A educação no Brasil: uma perspectiva internacional”, publicado em junho do ano de 2021, com a pretensão de apresentar um estudo comparativo entre as políticas educacionais desenvolvidas pelo Brasil e pelos países da OCDE, onde analisam desafios, reformas e tendências internacionais dos sistemas educacionais (OCDE, 2021).

Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico-dialético como método investigativo, à medida que busca compreender de forma crítica o fenômeno em questão, observando em sua essência as reais intencionalidades que se velam nos discursos dominantes e nas orientações que moldam a política educacional e a formação dos indivíduos.

Assinala-se que no escopo do nosso entendimento sobre o fenômeno, é possível situar que tais propostas fazem parte das políticas do movimento de Educação Para Todos, um compromisso estabelecido entre os países a partir da década de 90 com a oferta de educação dita de qualidade para todos. Dessa forma,



para compreender do que se trata essa educação para o século XXI e as concepções político-ideológicas em seu cerne, faz-se necessário abordar no texto esse discurso situado no tempo histórico e a partir dos interlocutores que dão voz a esse ideário. Para tal, recorre-se ao relatório “Educação um tesouro a descobrir” (1998), publicado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Após o esclarecimento dessa questão, discorrer-se-á para o exame do relatório em foco e para às dez questões apontadas como indicações políticas e reformista a serem implementadas no período de pandemia e para o pretensão enfrentamento dos inúmeros desafios causados nesse panorama.

## **2 EDUCAÇÃO PARA O SÉCULO XXI: POLÍTICAS, CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS**

A elevação da educação como um direito universal e como categoria essencial dentro do processo de desenvolvimento econômico do país é um consenso aclamado no Brasil e no mundo, principalmente desde a década de 1990, com a organização de um movimento global gerenciado pelo Banco Mundial (BM) e por diversas instituições multilaterais, em vista da oferta de educação dita de qualidade para todos. Com essa centralidade dada à educação, o envolvimento de agências financeiras no direcionamento das políticas educacionais demonstra, à primeira vista, o quanto a educação passou a ter um *status* também mercadológico dentro dessa organização social.

Não à toa, o século XXI foi escolhido como cerne para a consolidação desse ideário, apontado muitas vezes como o palco de mudanças sociais da chamada sociedade do conhecimento, em que a revolução das tecnologias da informação e da comunicação colocariam em um novo parâmetro a economia mundial. Assim sendo, seria necessário, de acordo com tais concepções, que a educação dos indivíduos fosse condizente com esse contexto. Todavia, a realidade dos fatos



aponta que esse arranjo político e ideológico para a educação foi concebido a partir de um cenário de reestruturação do sistema econômico, que, em meio a uma conjuntura denominada por Mészáros (2009) de “crise estrutural”, impôs primeiro a busca por novas formas de mercado para a produção/exploração de riquezas e a vital necessidade de maior controle ideológico e formativo dos indivíduos, tendo em vista a manutenção de sua lógica reprodutiva.

Tendo em vista essa conjuntura de crise e de seguidas transformações nas relações de trabalho, a educação é convocada a adaptar a formação dos indivíduos a essas mudanças sociais, devendo preparar os trabalhadores para adequar-se às novas exigências do mercado de trabalho. Respondendo a essas demandas formativas, o BM e os organismos multilaterais engendram uma agenda global de reformas, com metas e propósitos para serem realizadas e alcançadas pelos países, rumo à chamada educação para o século XXI.

O lançamento dessas concepções e a orientação com caráter prescritivo resultou em um pacote de recomendações a serem cumpridas como fator condicionante, principalmente pelos países pobres, com a economia em desenvolvimento, anunciadas em inúmeros eventos promovidos para a discussão dos problemas e dos desafios para a educação do novo século. O marco inicial desses eventos foi a realização da Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, ocorrida no ano de 1990, da qual participaram representantes de 155 países que assinalaram um compromisso com o estabelecimento de metas e políticas de ações para atender aos propósitos de satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.

Após a Conferência de Jomtien, formou-se a Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, que delegou a Jacques Delors a presidência dessa comissão. Dessa comissão se originou um documento chamado “Educação: um Tesouro a Descobrir”, publicado em 1996, e tido, desde então, como grande referencial educacional, que nos mostra indicativamente as reais intenções para a exploração de todo esse novo tesouro, que seria a educação.



Os pressupostos que ancoram as reformulações educacionais, conforme a comissão, estão pautados na perspectiva das transformações sociais com o estabelecimento de uma dita nova sociedade da informação, pelo domínio das tecnologias, adaptação às mudanças do mercado e às relações de trabalho, dentre outros. Nesse sentido, há o reforçar da necessidade que a educação do século XXI esteja orientada em concordância aos princípios que pregam essa sociedade.

Segundo o relatório, “com o desenvolvimento da sociedade da informação, em que se multiplicam as possibilidades de acesso a dados e a fatos, a educação deve permitir que todos possam recolher, selecionar, ordenar, gerir e utilizar as mesmas informações” (DELORS, 1998, p. 20). Difunde-se ainda uma gama de competências e habilidades socioeducacionais, abordando o necessário vínculo entre o conhecimento e as novas tecnologias como uma “ferramenta capaz de fornecer aos indivíduos condições reais de adaptação às mudanças sociais e culturais” (BARBOSA, 2008, p. 78).

Em relação aos princípios que sustentam a educação para o século XXI, podemos citar, principalmente, a educação para competências e habilidades socioemocionais, a partir dos pilares da educação, e a aprendizagem ao longo da vida. Na perspectiva do relatório, idealiza-se uma “nova concepção ampliada de educação”, com novos objetivos, para o enfrentamento dos desafios do século: uma educação que se diz plena, que deve “transmitir saberes e saber-fazer”, preparando os indivíduos para um cenário complexo, que exigirá destes o saber lidar com as informações e com as exigências postas socialmente (DELORS, 1998).

Nesse aparato, a intenção era tornar tais princípios as bases para as reformas e políticas educacionais futuras, meta essa alcançada com louvor, tendo em vista que o receituário ganhou em todo cenário social ampla divulgação, configurando-se como o referencial educacional, bem como servindo de fundamentação para o surgimento de uma variada produção de teses e receitas para o ensino e para o professor. Para o relatório, tais pilares são indispensáveis.



Para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo de toda a vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: aprender a conhecer, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes (DELORS, 1998, p. 89).

A configuração desses pilares tem sugerido nos tempos hodiernos a elaboração de outro pilar, apresentado como aprender a empreender, tratando de associar-se às orientações educacionais. A pertinência desse novo pilar caracteriza-se pelo fato de que o mercado de trabalho reduz as vagas de emprego. Isso, de acordo com nossa análise, constitui-se por intermédio da crise sistêmica que intensifica o desemprego crônico. Desse modo, o empreendedorismo é visto como uma possibilidade de os indivíduos manterem suas condições objetivas de sobrevivência, conservando-as em plena capacidade de consumir.

Acerca da aprendizagem ao longo da vida, esta é considerada como “a chave que abre as portas do século XXI e, bem além de uma adaptação necessária às exigências do mundo do trabalho, é a condição para um domínio mais perfeito dos ritmos e dos tempos da pessoa humana” (DELORS, 1998, p. 104). Relaciona-se, portanto, aos ritmos e condições do mundo do trabalho, pois não se trata apenas de incentivar a uma continuidade formativa, mas, sim, de delegar aos indivíduos o dever de adquirir as competências, aptidões e habilidades sempre que alterações afetarem o mercado de trabalho.

Em dada medida, a concepção de aprendizagem e de conhecimento apresentada no relatório e contida no bojo do movimento de Educação para Todos é a tentativa de executar as idealizações defendidas na era do conhecimento. Isso se refere a um conhecimento aplicável, que favoreça o desenvolvimento da competitividade das economias. É nesse viés que aclama a necessidade de uma qualificação emergencial, enunciando assim o ponto de partida para a proliferação de cursos aligeirados e principalmente para a busca por uma formação ao nível



de instrumentalização, visando à simples preparação de um perfil de empregabilidade. E quando não for suficiente para obter um emprego, o discurso ideológico vigente não perde força, mas se sustenta pelo incentivo ao empreendedorismo.

A validação desses pressupostos em âmbito social atestou-se ao longo dos anos, nos demais eventos sucedidos, declarações afirmadas e relatórios publicados numa sequência colaborativa e sempre assertiva. Não cabe nesse espaço, nem é o objetivo do texto, esmiuçar esse processo, mas, sim, apresentar as concepções-bases da dita educação para o século XXI. Entendemos que recobrar no limiar do tempo essas concepções e direcionamentos tem se tornado um caminho inevitável, tendo em vista que todas essas orientações têm sido ratificadas e adotadas nas políticas educacionais vigentes.

### **3 PANDEMIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO**

Os reflexos e as consequências dessa pandemia no mundo deverão ser sentidos por anos, considerando sua extensão e como os protocolos de saúde repercutiram no funcionamento das instituições sociais. Embora o cenário não tenha sido uma realidade inédita no mundo, pois, de tempos em tempos, a humanidade, em suas diferentes sociedades, enfrentou doenças desconhecidas e letais para os indivíduos, foi evidente que, mesmo diante de uma sociedade tão evoluída científica e tecnologicamente, a falta de um plano ou de políticas que vislumbrassem tais circunstâncias sociais promoveu a livre circulação do vírus e uma maior desestabilidade dos países e de suas economias, especialmente nos territórios mais pobres e periféricos.

Não obstante, é preciso ressaltar que a sociedade e o metabolismo sistêmico já enfrentavam uma crise e que os problemas e males sociais produzidos no bojo do capitalismo ganharam maior dimensão na pandemia. A maior agudização da desigualdade social fez com que a pandemia fosse ainda mais severa para os mais



pobres, que, desprovidos de emprego, acesso à saúde e condições mínimas de higiene e sobrevivência, estivessem mais expostos à doença, à fome e à miséria. Dados da OXFAM (2022) apontam que “As pessoas mais pobres do mundo e os grupos racializados estão arcando com o ônus das mortes decorrentes da pandemia. Em alguns países, as pessoas mais pobres têm quase quatro vezes mais chances de morrer de Covid-19 do que as mais ricas” (OXFAM, 2022, p. 8).

Especificamente no caso da educação, com o fechamento das escolas, utilizou-se principalmente dos recursos tecnológicos para o ensino remoto como via estratégica para a não interrupção total do ensino. Todavia, o acesso a esse material de aprendizagem e a esse mecanismo de ensino tornou-se a primeira barreira enfrentada pelos mais pobres, pois além dos aparelhos, era necessário o acesso à internet, recursos esses ainda distantes da realidade de muitos indivíduos no país. De fato, a pandemia escancarou a desigualdade social que já era latente e, assim, aprofundou a distância educacional entre as camadas sociais e trouxe consequências severas para a educação e para a aprendizagem dos indivíduos. Em relatório publicado pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial, Unesco e Unicef, constatou-se que

Em casa, a capacidade das famílias de responder ao choque variou de acordo com o nível de renda. As crianças de famílias desfavorecidas tinham menos probabilidade de se beneficiar do aprendizado remoto que seus colegas, geralmente devido à falta de eletricidade, conectividade, dispositivos e apoio dos pais e responsáveis. Os alunos mais jovens e os alunos com deficiências foram, em grande parte, negligenciados pelas políticas implementadas em diversos países, pois o aprendizado à distância raramente foi concebido de forma a atender às suas particularidades (AZEVEDO *et al.*, 2021, p. 2).

Devido ao fechamento das escolas, os impactos gerados para além das perdas com a aprendizagem com o ensino remoto ou mesmo pela interrupção do ensino, referem-se também à evasão dos alunos no processo de retomada e reabertura das escolas. Durante a pandemia, uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, considerando os índices de saída e retorno as escolas,



indicou que “há um aumento da taxa de evasão escolar na faixa de 5 a 9 anos de 1,41% para 5,51% entre os últimos trimestres de 2019 e 2020. [...] No terceiro trimestre de 2021, a taxa de evasão volta a 4,25% ainda cerca de 128% mais alta que o observado no mesmo trimestre de 2019” (NERI; OSORIO, 2022, p. 3).

Mergulhados nessa conjuntura de agravamento dos problemas sociais gerados pela pandemia, outros dados relevantes expõem que o fechamento das escolas reverberou também na saúde, segurança alimentar e outros fatores em que as crianças estão inseridas. É válido observar que a educação atrelada à desigualdade social ofereceu muitos outros riscos às crianças, e o retroceder de importantes conquistas sociais demonstra que com os danos causados serão necessários anos de muitos investimentos para podermos nos recuperar. Ainda consoante o relatório publicado pelo BIRD em colaboração com os demais organismos multilaterais, constatou-se que

Durante o fechamento das escolas, a saúde e a segurança das crianças foram prejudicadas, com o aumento da violência doméstica e do trabalho infantil. Mais de 370 milhões de crianças ao redor do mundo deixaram de ter acesso à merenda escolar durante o fechamento das escolas, perdendo o que era, para algumas delas, a única fonte diária e segura de alimento e nutrição. A crise de saúde mental entre os jovens atingiu níveis sem precedentes (AZEVEDO *et al.*, 2021, p. 2).

Diante de tantos desafios e depois de dois anos de incertezas em relação à retomada com segurança, as instituições precisam concentrar esforços para atender às diversas demandas sociais e educacionais com o retorno do ensino presencial. Sem perder tempo, para além de todo levantamento da situação e dos reflexos da pandemia, que os organismos multilaterais têm feito, há também um grande empenho para constituir um conjunto de direcionamentos e prescrições aos sistemas e políticas educacionais dos países.

Há de se considerar ainda que o agravamento da pobreza e dos problemas sociais, implicam diretamente na necessária reorganização da formação dos indivíduos, tanto no sentido ideológico de controle, principalmente via



competências socioemocionais, quanto para pensar uma formação para mão de obra cada vez mais alinhada aos desejos do mercado de trabalho. Tendo isso em vista, passaremos a analisar quais as orientações para recuperar e retomar as metas da educação do século XXI.

#### **4 DESAFIOS E DIRECIONAMENTOS NO CONTEXTO DA PANDEMIA: 10 PASSOS PARA A RETOMADA**

A efetivação das políticas educacionais desenvolvidas no Brasil em torno da agenda do movimento de Educação Para Todos segue na busca por alcançar as metas e os compromissos firmados ao longo das décadas desse processo. Não distante dessa realidade, a OCDE, em seu relatório, indica que o país havia feito conquistas significativas no atendimento e na aprendizagem educacional nas últimas décadas, mas os desafios principais persistiriam, a saber, qualidade e equidade.

De acordo com essa perspectiva, o reconhecimento dos desafios e das consequências impostas pela Covid-19 evidenciam a urgência em repensar caminhos que possibilitem a retomada desse processo favorável à educação e à economia. O benefício ao setor econômico seria pelo impulso ao capital humano, pois, conforme o relatório, “[...] no futuro, o país pretende se unir a outras economias avançadas que contam, cada vez mais, com capital humano, especialmente na forma de habilidades de nível superior” (OCDE, 2021, p. 313).

Viabiliza-se, então, a retomada da teoria do capital humano, que se rejuvenesce a cada necessidade, adequando-se às novas condições do mercado, intensificando as desigualdades sociais e aumentando a competitividade pelo desemprego crônico, consequências da crise sistêmica agravada pela pandemia. O ajuste a tais condições deriva de uma lógica que preconiza uma formação voltada para o desenvolvimento da capacidade dos indivíduos em adaptar-se às constantes mudanças sociais e seria essa formação que o tornaria habilitado para



a competição no mercado de trabalho, isto é, não garantiria um emprego, mas o *status* da empregabilidade ou da possibilidade de ser absorvido pelo mercado.

Para garantir que os objetivos de qualidade e equidade educacional sejam alcançados no país, defende-se a necessidade de determinar as prioridades e os recursos a serem alocados de forma eficiente com fim nos resultados. São dispostos 10 (dez) passos “[...] para elevar a qualidade da Educação brasileira, explorando primeiro a questão das prioridades e recursos, depois a qualidade do ensino e da aprendizagem e, por fim, a equidade” (OCDE, 2021, p. 314).

O primeiro passo apresentado é: **Proteger os gastos com Educação e vinculá-los aos resultados**. Há dois desafios que se vislumbram de imediato nesse primeiro passo: o de garantia dos recursos para a educação, mesmo no cenário de crise, e o de flexibilização no uso destes para a garantia de resultados mais efetivos. Consoante o documento, no Brasil, a legislação enrijece a destinação dos gastos e seria imprescindível que houvesse uma liberalização para que esses recursos possam ser gastos de acordo com o resultado que possam trazer. Nesse modelo defendido pela OCDE, pressupõe-se que **“vincular os gastos a um sistema de monitoramento e prestação de contas mais robusto pode estimular melhorias”** (OCDE, 2021, p. 315, grifos do original).

Dentro dessa agenda global, a educação sempre foi vista a partir de uma lógica economicista e empresarial, como um mercado rentável e para implantação de um modelo administrativo na utilização dos seus recursos. Esse primeiro passo apresenta de imediato a consolidação de uma maior rede de monitoramento de gastos, enquanto viabiliza a abertura para a contratação de empresas que trabalham com gestão e administração de gastos dentro da escola, por exemplo, pois desde que sejam justificados com a apresentação de resultados, os gastos seriam assim devidos.

Para o desenvolvimento do passo 2, que é **Reavaliar as prioridades de gastos com Educação**, a flexibilização dos gastos é impreterível, pois a crise pandêmica, e seus reflexos sobre os orçamentos, impõe que seja feita uma



redefinição das prioridades para os dispêndios, visando privilegiar e proteger os principais objetivos e metas prioritárias a serem cumpridas. Essa reconfiguração estabelece que diante da limitação de recursos, haja o realocar desses mesmos fundos para áreas que possam trazer mais retorno (OCDE, 2021). Nos termos do relatório, o Brasil não obtém progressos e melhorias qualitativas proporcionais em relação ao que investe. Isso se deve principalmente por conta de maiores investimentos em determinadas áreas em detrimento de outras, que poderiam resultar em maiores progressos na educação nacional.

No entanto, existe um amplo espaço para utilizar os recursos de forma mais equitativa e eficaz. Por exemplo, atualmente, o Brasil investe mais em Educação Superior do que em Educação Infantil, embora as evidências mostrem que o acesso à Educação Infantil de alta qualidade não apenas contribui para melhores resultados de aprendizagem, mas também pode ajudar a reduzir as desigualdades (OCDE, 2021, p. 22).

A concentração de recursos na educação básica esclarece o esforço em oferecer à classe trabalhadora apenas uma formação elementar, suficiente e adequada às demandas do mercado de trabalho, enquanto se desmembra, enfraquece e/ou privatiza a própria educação.

Os critérios para definir as prioridades se especificam a partir do passo 3, que incide em **Oferecer apoio imediato para mitigar o impacto da crise da Covid-19**, pois, diante da crise e das diversas consequências, principalmente na aprendizagem daqueles mais vulneráveis, a prioridade de investimento de recurso deve estar centrada na busca de medidas para a recuperação da aprendizagem, bem como dos sistemas e instituições de ensino. Dessa forma, destaca-se que “o monitoramento e a avaliação contínuos serão essenciais para garantir que o apoio e os recursos fornecidos sejam eficazes na superação dos problemas que surgiram da crise da Covid-19 e para limitar o desvio de recursos” (OCDE, 2021, p. 319).

Esses três primeiros passos se relacionam à questão de prioridades e recursos e, em resumo, definem que nessa conjuntura de poucos recursos e



muitos problemas se evidencia a busca por um alinhamento hegemônico dos gastos em educação aos termos demandado pelo projeto global, isto é, aos termos do sistema capitalista e do mercado. É notório que ao não conseguir engendrar tais demandas via reforma nas políticas legislativas, novos mecanismos são articulados para driblar os entraves do sistema nacional e para garantir, em consenso, que as configurações exigidas sejam executadas.

Os passos seguintes (4 a 8) abordam a questão da elevação da qualidade do ensino e aprendizagem, partindo do princípio que o alcance dessa qualidade dependeria de professores, escolas, currículos e cursos, áreas estratégicas do sistema educacional em que já pesam várias reformas, como, por exemplo, a Base Nacional Comum Curricular e Base da Formação docente, a reforma do ensino médio, dentre outras.

É evidente que a pandemia atrasou ou inviabilizou a consolidação do processo de implantação dessas novas reformas, focadas no currículo e na busca por uma formação cada vez mais técnica, no sentido de ser utilitarista e pragmática. A extensão dessas políticas, que abrangem desde a educação básica até a formação docente, expressa a necessidade de um alinhamento padronizado, que, dentre outros fatores, favorece principalmente ao estabelecimento de um sistema de monitoramento avaliativo e de controle mais eficientes.

Ressalte-se que há a padronização do mínimo de conhecimento e de uma formação voltada para as competências e habilidades, demandadas no mercado e na pandemia, com a conjuntura econômica e social, mergulhada numa crise cada vez mais severa, em que se acentua a desigualdade e a extrema miséria, a oferta dessa formação corrobora primeiro com uma necessidade ideológica de reprodução do sistema. Assim, conformidade, resiliência, brandura e resignação são mais valiosas que conhecimento e consciência, por isso, nesse momento, é tão urgente, para o mercado, que as políticas educacionais possam garantir a retomada da implementação dessas reformas.



No passo 4, denominado **Desenvolver a profissão docente**, exalta-se a centralidade da ação docente no alcance da educação de qualidade e na importância de políticas de valorização da profissão como mecanismo de atração e manutenção de professores de alto nível. Para além desse fomento à carreira e à prática docente, o relatório evidencia a necessidade de reorganização da formação e do recrutamento que deve “[...] ser mais seletivo para garantir que apenas aqueles com os conhecimentos, habilidades e atitudes necessários ingressem na profissão e ajudem a elevar o status da carreira” (OCDE, 2021, p. 322).

A especificação do padrão a ser exigido no recrutamento impõe diretamente o que deve ser priorizado na formação inicial docente e se adequa a outro aspecto veiculado no relatório, sendo a consubstanciação de um caráter avaliativo e performativo, que se associa diretamente a ação docente aos resultados de aprendizagem alcançados nas avaliações externas. Sobre essa questão, o relatório expõe que “um processo estruturado de avaliação docente, com base em padrões comuns, pode ajudar a alimentar o desenvolvimento e o avanço na carreira docente” (OCDE, 2021, p. 322).

Tendo fincado esses elementos mais gerais da docência, o passo 5 adentra na ação dos professores e propõe, **Aprimorar as práticas de ensino**, na defesa de que os docentes precisam utilizar e dar ênfase em abordagens de ensino inovadoras, habilidades pedagógicas, gestão de sala de aula, ações colaborativas de *feedback*, dentre outros, que devem ser implementadas principalmente via formação inicial. Esse direcionamento na formação inicial já é possível de se constatar na Base Nacional da Formação Docente, já aprovada, mas ainda em processo de implantação. O documento apresenta as diretrizes para a formação de professores determina um conjunto de habilidades, de cunho extremamente descritivo e operacional, a serem desenvolvidos. A ênfase dada à prática e ao saber fazer evidencia a busca por um professor menos crítico e mais executor, que saiba



lidar com as possíveis adversidades decorrentes da crise (leia-se: conformado com as situações adversas e trazendo resultados a todo custo).

O passo 6, **Superar os desafios no clima escolar**, relaciona-se com as condições ambientais que não favorecem a aprendizagem no Brasil e com a necessidade para “desenvolver políticas explícitas para melhorar o clima escolar, com atenção especial ao bem-estar social e emocional dos alunos” (OCDE, 2021, p. 324). Para a implantação efetiva desse passo, o relatório aponta uma relação direta com a execução do passo 7, que é **Desenvolver uma gestão escolar profissional**. Ao identificar que os atuais gestores não têm formação continuada e qualificação profissional para o melhor exercício do cargo, do ponto de vista da OCDE, é necessário investir em programas de treinamento, incentivo à maior autonomia e à definição de padrões profissionais baseados em habilidades administrativas e financeiras.

O passo 8, **Aumentar a relevância da Educação para os alunos**, é o último dentro do bloco referente à questão da educação de qualidade. Esse, basicamente, relaciona motivação, engajamento, interesse dos alunos pela área formativa e atratividade para o mercado de trabalho. Como exemplo posto da reforma do ensino médio, a OCDE defende uma diretriz formativa que possa se interligar à carreira profissional, através das orientações curriculares e assim seria atrativo tanto para o aluno quanto para o mercado. O investimento nessa formação técnica e profissional também é posto como essencial pelo relatório, que aponta ainda a demanda de que a elaboração desses cursos precisa “[...] refletir os requisitos de qualificação dos empregadores locais. Isso, às vezes, exigirá recursos extras, uma vez que os cursos mais fáceis e baratos de lecionar podem não ser os necessários para o mercado de trabalho” (OCDE, 2021, p. 326).

**Intervir desde cedo para apoiar os alunos em risco**, que é o passo 9, e **Direcionar recursos para onde eles são mais necessários**, passo 10, voltam-se especificamente para a temática da educação e da equidade. O relatório esclarece que as metas decorrentes desse objetivo ainda persistem, principalmente tendo



em vista o agravamento do cenário de desigualdade, que, conseqüentemente, institui também diferenças no acesso e permanência dos indivíduos à educação de qualidade.

Em relação à intervenção prévia (passo 9), somos conscientes que “A forma mais eficaz de garantir a equidade é investir em intervenção precoce, direcionada àqueles que mais precisam de apoio” (OCDE, 2021, p. 328). Dessa forma, educação infantil e anos iniciais devem ter mais atenção. Além disso, outro ponto a ser administrado com ênfase é a redução da evasão escolar, que demanda intervenções com os indivíduos que demonstram maior risco, com apoio à aprendizagem, ao fortalecimento de incentivos financeiros, apoio a professores e a escolas, contando ainda com o engajamento da comunidade local.

Consoante com esses direcionamentos, o último passo põe em destaque a busca para alocar mais recursos para as instituições que mais necessitam. O relatório expressa que “Para uma melhor distribuição de recursos, os Estados e os Municípios precisarão repensar seus mecanismos de alocação para garantir que seus sistemas reconheçam e atendam às diferentes demandas das escolas e grupos de alunos” (OCDE, 2021, p. 329).

Esses são os dez passos defendidos pela OCDE, para a pretensa melhoria da educação, considerando o cenário pandêmico, que gradualmente, indica estar se atenuando no país, que prescrevem a realização de extensas e profundas reformas no sistema. Para a implantação eficaz desse arranjo, quatro pilares são apresentados como indispensáveis: [1] governança, [2] definição de prioridades, [3] capacidade e [4] dados e evidências. Respectivamente, esses aspectos referem-se ao alinhamento entre os diversos entes na coordenação das reformas, celeridade a reformas difíceis, como remanejamento de recursos, capacidade de organização dos meios e recursos para estruturar as reformas e a utilização de dados colhidos pelo sistema para análise e avaliação para investimentos eficazes.

Ressalta-se que essas estratégias, em sua base, não diferem das propostas e políticas reformistas que vinham sendo postas na educação, conduzidas pelo



movimento de Educação Para Todos, mas, com o agudizar de uma conjuntura crítica produzida pelo metabolismo e intensificada pela pandemia da COVID-19, os impactos impuseram que esse processo de reformas seja mais intrínseco, acelerado e alinhado aos fundamentos e concepções basilares.

## 5 NOTAS CONCLUSIVAS

No alvorecer do século XXI, as diversas perspectivas e demandas já apontavam alguns dos desafios a serem enfrentados em todos os âmbitos sociais. O difundir de uma crise de ordem destrutiva e de natureza estrutural no bojo do sistema capitalista demarcou primeiro a acentuação dos males sociais e impôs uma corrida em busca de medidas que possibilitassem ao sistema capitalista continuar se reproduzindo econômica e ideologicamente.

Com a pandemia da COVID-19, os impactos socioeconômicos ganharam uma dimensão mais profunda, intensa e bárbara. Enquanto a desigualdade expõe os mais pobres à doença, à morte, à fome e a outras adversidades, um reduzido grupo pode lucrar sob o medo, a morte, o adoecimento e a miséria expostas pela crise pandêmica mundial.

Os reflexos na educação seguiram a mesma lógica e os mais pobres foram os mais impactados no processo formativo adaptado à realidade da pandemia, em que se utilizou principalmente o ensino remoto, quando as instituições de ensino tiveram que ser fechadas, atendendo aos protocolos sanitários de isolamento social como medida de conter o avanço da contaminação pelo vírus Sars-Cov-2. As consequências na defasagem de aprendizagem, evasão e abandono escolar deverão repercutir por suscetíveis anos após o processo de retomada e abertura, com maior gravidade sobre o chão da escola pública, locus de formação (educação) dos filhos e filhas da classe trabalhadora, especialmente no Brasil.

Diante dessa conjuntura, o projeto mundial da Educação para o século XXI segue em curso, não obstante, nesses tempos críticos, precisa ser ainda mais



alinhado, ainda mais específico e, principalmente, mais incisivo em suas orientações e direcionamentos. Tempos de crise, por se configurarem como tempos caóticos e de difíceis decisões, podem servir como pretexto para justificar que medidas mais extremas e complexas sejam tomadas, sem serem necessariamente contestadas, inviabilizadas e rejeitadas socialmente. Essa é a lógica utilizada na continuidade da agenda global de educação no país.

Nos 10 passos enunciados pela OCDE para a reformulação das políticas educacionais do Brasil, tendo em vista o desenvolvimento de um sistema educacional mais robusto, diante dos desafios que se enfrentam, o que se postula é a busca mais incisiva por resultados eficientes em relação às metas traçadas e ao projeto ideológico concebido. Em linhas mais claras, dispõe-se de uma (de)formação de um novo tipo de trabalhador, disposto à flexibilização irrestrita, à naturalização das contradições e dos conflitos de interesse, à passividade socioemocional e à resignação diante de um mundo tão desigual. Esses são os moldes que se ratificam com a Educação para o século XXI no cenário de pandemia, vislumbrando ainda ações e metas para o período de pós-pandemia. Como vemos, acentua-se mais e mais a ignorância generalizada em meio à piora das condições de nossa existência. E a humanidade, particularmente, os povos mais pobres de todo o mundo, pagam muito caro por isso.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, J. P. W. de *et al.* **A Situação da Crise Global da Educação: Um Caminho para a Recuperação.** (Vol. 2): Sumário Executivo (Português). Washington, DC: Grupo Banco Mundial. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/383711638854600820/Executive-Summary>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BARBOSA, F. G. **Sociedade Do Conhecimento:** um novo paradigma em favor da velha ordem. 2008. 102 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2008.



DELORS, J. *et al.* **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; UNESCO, 1998.

MÉSZAROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

NERI, M. C.; OSORIO, M. C. **Retorno para Escola, Jornada e Pandemia**. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, 2022. Disponível em: [https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV\\_Social\\_Neri\\_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf](https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/FGV_Social_Neri_RetornoParaEscolaJornadaPandemia.pdf). Acesso em: 21 mar. 2022.

OCDE. **Educação no Brasil: uma perspectiva internacional**, OECD. 2021. Trad. Todos Pela Educação. Disponível em: [https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil\\_uma-perspectiva-internacional.pdf](https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/06/A-Educacao-no-Brasil_uma-perspectiva-internacional.pdf). Acesso em 15 mar. 2022.

OXFAM. **A desigualdade mata – a incomparável ação necessária para combater a desigualdade sem precedentes decorrente da Covid-19**. 2022. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PAINEL DA OMS SOBRE O CORONAVÍRUS (COVID-19). **World Health Organization**. 2022. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 13 mar. 2022.

Recebido em: 03-05-2022

Aceito em: 19-09-2022

---

<sup>i</sup> Esse artigo condensa em parte, alguns resultados apresentados em dissertação de mestrado aprovada na Universidade Federal do Ceará.

